



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

## PARECER JURÍDICO

### PROJETO DE LEI Nº 064/2025

**EMENTA:** Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Cambé para o exercício financeiro de 2026.

**Autoria:** Executivo Municipal

### I - RELATÓRIO

Visa o presente projeto de lei, de autoria do Executivo Municipal, ***estimar a Receita e Fixar a Despesa do Município de Cambé para o exercício financeiro de 2026***, tudo conforme documentos anexos à propositura.

Eis a análise.

### II - FUNDAMENTAÇÃO

#### a) Da Previsão Constitucional

Assim dispõe a **Constituição Federal do Brasil**, *in verbis*:

estabelecerão:

Artigo 165. “Leis de iniciativa do Poder Executivo

(...)

III - os orçamentos anuais.

(...)

§ 5º A lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

(...)

§ 6º O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas,



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º Os orçamentos previstos no § 5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Norma(s) Correlata(s)

**§ 8º A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.**

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

## **Art. Compete aos Municípios:**

I - legislar sobre assuntos de interesse local;"

*Grifos nossos.*

A matéria veiculada não conflita com a Competência Privativa da União Federal (artigo 22 da Constituição Federal) e, de igual forma, não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal (artigo 24 da Constituição Federal).

## **b) Da competência municipal e iniciativa:**

Conforme disposto na Lei Orgânica do Município de Cambé, é de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal a iniciativa de leis sobre matéria orçamentária, *in verbis*:

**Art. 5º.** Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

(...)



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

VIII - elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual;

(...)

**Art. 27.** Compete à Câmara Municipal votar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município especialmente sobre:

(...)

II - votar as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e o plano plurianual, bem como autorizar abertura de créditos suplementares especiais;

(...)

**Art. 39.** São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

(...)

IV - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios e subvenções.

*Grifos nossos.*

Sendo assim, verifica-se que o presente Projeto de Lei se encontra dentro da competência municipal e foi, acertadamente, iniciado pelo Chefe do Poder Executivo.

Destaca-se finalmente que atende perfeitamente aos requisitos e exigências disciplinadas na Lei Orgânica do Município de Cambé, inclusive considerando que já houve a audiência pública de iniciativa do Poder Legislativo, por intermédio da Comissão de Constituição e Justiça.

Considerando, por conseguinte, que é de competência do Executivo Municipal a propositura de leis orçamentárias e não há qualquer flagrante ilegalidade em seu bojo, não se verifica qualquer óbice à sua tramitação.

## III - CONCLUSÃO

Feitas estas considerações, opina-se que não há óbice para seu trâmite, discussão e votação em plenário.



# Câmara Municipal de Cambé

Estado do Paraná

---

S.M.J. Este é o parecer.

Cambé, 10 de novembro de 2025.

JACKSON ROMEU ARIUKUDO  
OAB/PR 30.917  
Procuradoria Jurídica